

EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE: CARACTERÍSTICAS E DESAFIOS¹

Nalva dos Santos Camargo Silva², Yara Fonseca de Oliveira e Silva³, Rosemeire Soares de Souza⁴

Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Anápolis

RESUMO

Este estudo objetiva refletir sobre as transformações ocorridas no sistema educacional, a partir do tema Educação e políticas públicas de formação docente: características e desafios. A proposta é uma revisão de literatura, que busca refletir como as estruturas pedagógicas, se delineiam nos séculos XX e XXI. O estudo, portanto, bibliográfico repensa as alterações políticas, econômico e educacional que influenciaram diretamente as práticas formativas. Buscou-se assim compreender a educação e a formação docente a partir das políticas públicas, na pós-graduação. Pensar esta, tendo como enfoque as variações ocorridas, ao longo dos últimos anos. Período cujos debates sobre a educação brasileira, corroboraram com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB, Lei 9394/96. A, proposta é pensar como as políticas públicas de educação tem avaliado a formação continuada docente, as características e desafios deste setor. O estudo aponta que embora tenham ocorrido avanços nos debates sobre a formação continuada, ainda encontramos barreiras, vez que as políticas públicas dessa área são limitadas, restringindo os programas de pós-graduação, principalmente o *Stricto Sensu*, a um número mínimo de professores. Em geral pela área dos cursos disponibilizados e condições de trabalho do professor, que não estimulam o mesmo a investir em sua qualificação.

Palavras chave: Educação. Políticas Públicas. Formação Continuada Docente. Desafios.

Introdução

A sociedade do século XXI tem vivenciado transformações e a educação pública tem sido um dos muitos desafios dos estudiosos contemporâneo. Assim, buscamos a partir da revisão da literatura, refletir sobre a educação e as políticas públicas de formação continuada docente pensando estas a partir de suas características e desafios ao longo dos séculos XX e início do XXI.

A proposta é refletir sobre questões relativas às políticas públicas voltadas para a formação continuada, objetivando assim, compreender as características desta e os principais desafios enfrentados pelos professores para terem acesso à formação continuada, especificamente na pós-graduação.

* Artigo apresentado ao VI Congresso de Ensino Pesquisa e Extensão da UEG Câmpus Pirenópolis

* Acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Educação, Linguagem e Tecnologia PPG-IELT- Câmpus CCSEH- Anápolis. (PG) nalvacamargodelta@hotmail.com

** Doutora em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (UFRJ, 2014). Professora titular do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias (PPGIELT/UEG). Bolsista Bip (PROBIP, Bolsa de Incentivo ao Pesquisador da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da PrP/UEG). Co-orientadora yarafonseca09@gmail.com

*** Aluna do curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da 5ª turma do PPGIELT UEG. Co-autora tutorarosemeire@hotmail.com

No primeiro tópico, abordamos um pouco sobre o contexto socioeconômico, bem como suas implicações nas políticas públicas educacionais para a formação de professores. Para isso, busca-se pensar, em que medida as transformações sociais, econômica, e políticas possibilitam variações nos modelos de formação continuada docente. Diante dessa proposta, é possível dizer que as repetidas modificações nas políticas públicas de educação, trazem à tona dois pressupostos. Um que considera a formação docente como mecanismo de qualificação profissional, e outro que pensa a qualificação docente a partir da perspectiva mercadológica, cujo impacto maior dar-se-á diretamente no setor econômico.

Em seguida, nossa análise avalia, como os avanços técnicos e científicos estão diretamente ligados a nova roupagem das políticas públicas de formação docente, inclusive, a partir desse critério, observa-se que um dos mais eloquentes desafios dos professores, na atualidade, refere-se ao modo, como lidar com uma formação aligeirada, pensada pelos governos neoliberais⁵ e conseqüentemente pelas instituições de ensino superior. Ante a essa perspectiva, a pesquisa, aborda como os recursos tecnológicos tem sido pensados e debatidos, tanto durante a formação docente, quanto em sua prática diária. A proposta é avaliar o modo como a educação tem sofrido alterações ao longo dos séculos, sem de fato considerar como a escola, os professores e os alunos pensam toda essa estrutura.

Com isso, nossa investigação busca refletir sobre as características da formação continuada docente, assim como procura perceber quais os desafios mais comuns enfrentados pelos professores, para exercer a atividade docente, buscando ainda qualificar-se de acordo com a demanda da instituição de ensino e também das transformações ocorrentes na sociedade.

1 – Políticas públicas e a educação.

O desenvolvimento científico, tecnológico e cultural da sociedade tem sido cada vez mais amplo. Contudo, nem sempre os avanços alcançados tecnológica e cientificamente, são capazes de subsidiar o desenvolvimento de setores como a

⁵ Uma abordagem econômica que diz que a educação serve para o desempenho no mercado e sua expansão potencializa o crescimento econômico. Abrindo espaços para uma mercantilização dos processos formativos, sobretudo na pós-graduação, que se delineia como potencial de expansão da mão de obra qualificada dos governos ditatoriais. Ver também, GENTILE, P. A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. Petrópolis: Vozes, 1998.

educação de modo equânime. Vez que à educação cabe a responsabilidade de potencializar a melhoria do aprendizado, preparando distintos sujeitos para atuar social e culturalmente em determinado ambiente de trabalho e assim colaborar com o crescimento da produção e da economia.

De acordo com Santos e Mesquida (2007, p. 87)

cabe à educação formar um futuro trabalhador adaptado às exigências do mercado, dotado de flexibilidade e de vontade ‘gelatinosa’, passível de ser plasmada na empresa. Essa educação mantida pelo Estado ou pelo Estado em parceria com a empresa, seria a educação para o século XXI

Ante as considerações tecidas por Santos e Mesquida, o que se percebe é que a finalidade maior da educação é preparar para o trabalho os sujeitos. Nesse contexto, há uma preocupação bastante ampla dos governos liberais que postulam um crescimento do capital dependendo para isso, do desenvolvimento obtido pelo cidadão no ambiente escolar.

A esse respeito, as políticas públicas voltadas para o setor educacional, de forma especial o ensino superior a partir da década de 1970, desencadeiam um processo capaz de subsidiar o crescimento econômico e em contra partida, promover a elevação dos níveis de ensino, procurando também ampliar os índices de escolaridade no país. Um projeto de cunho positivista, adotado pelos militares, criando os cursos de pós-graduação *Stricto Sensu*, tornou-se mecanismo importante para a expansão da qualificação profissional, não só dos professores, mas de diversas áreas, principalmente voltadas a ciência e tecnologia.

Diante desta discussão, o II Plano Nacional de Pós-Graduação PNPG (1982-1985) expôs como premissa que:

a pós-graduação baseia-se na existência de docentes e pesquisadores efetivamente engajados na produção de novos conhecimentos científicos, tecnológicos ou culturais, em instituições que lhes garantam adequada dedicação horária, carga de ensino compatível com a pesquisa e as outras formas de produção intelectual...

A premissa apresentada pelo II PNPG deixa claro que desenvolver as áreas de ciência e tecnologia era a meta a ser alcançada pelo governo durante a década de 1980. Isto por que o desenvolvimento de tais áreas estimulariam o crescimento e aumentariam as possibilidades de o país se industrializar. Nesse contexto várias ações de incentivo a pesquisa e a extensão foram se desenvolvendo nas instituições de ensino superior, subsidiado pelo governo federal.

Já na década de 1990, sob a égide do governo positivista e de seu ideal neoliberal, além da Lei de Diretrizes e Bases LDB Lei nº 9394/96 surge também,

respaldado pela política norte americana várias ações de incentivo a educação, tanto para os docentes, quanto para os discentes. Na perspectiva de Silva (2002) o projeto neoliberal, tem como fim servir ao ideal do grande capital contribuindo assim com o crescimento econômico, baseando-se no sistema educacional. Dessa forma Silva (2002, p. 12) diz que:

Nesse projeto, a intervenção na educação com vistas a servir aos propósitos empresariais e industriais tem duas dimensões principais. De um lado, é central, na reestruturação buscada pelos ideológicos neoliberais, atrelar a educação institucionalizada aos objetivos estreitos de preparação para o local de trabalho. No léxico liberal, trata-se de fazer com que as escolas preparem melhor seus alunos para a competitividade do mercado nacional e internacional. De outro, é importante também utilizar a educação como veículo de transmissão das idéias que proclamam as excelências do livre mercado e da livre iniciativa. Há um esforço de alteração do currículo não apenas com o objetivo de dirigi-lo a uma preparação estreita para o local de trabalho mas também com o objetivo de preparar os estudantes para aceitar os postulados do credo liberal.

As considerações de Silva, sobre a estrutura da política neoliberal, além de retratar o contexto vivido pelo Brasil nas décadas de 1980 e 1990, reflete sobre a educação como subsidio do crescimento econômico, gerando entre outras ações, atitudes competitivas e também maior ensejo da população por mais acesso a educação e aos programas propalados pelo governo, como o TELECURSO 2º GRAU⁶, implantado no final da década de 1980. Por outro lado, apresenta uma sociedade, na qual o fim maior da educação seria o mercado de trabalho.

Durante a década de 1990, a legislação educacional, subsidiada pela LDB, pelo Plano Nacional de Educação PNE, cujo objetivo era regulamentar a LDB e por diversos debates sobre a educação realizados por diferentes entidades no intuito de promover qualificação e a valorização dos profissionais da educação, como é o caso da Associação Nacional Pela Formação dos Profissionais em Educação ANFOPE, Associação Nacional de Política e Administração da Educação ANPAE, e a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação ANPED. Além de outros para os quais as políticas públicas de educação, devem fortalecer o debate sobre o magistério e seus direcionamentos.

Ante a essas reflexões, e com a implementação da LDB e das demais políticas públicas educacionais, os eloquentes debates sobre a formação continuada docente, tomam o cenário nacional e internacional. Estudiosos como Nóvoa (2005),

⁶ Projeto de Educação a distância desenvolvido pela Fundação Roberto Marinho e a Fundação Padre Anchieta em 1978. A assinatura do convênio produziu o *Telecurso 2º. Grau*, primeiro projeto de educação da entidade, realizado por milhares de pessoas em todo o país. O Telecurso foi uma das primeiras experiências de ensino na modalidade EAD no Brasil.

Frigotto (2003), Imbernón (2011) e outros para os quais a formação continuada pode ser assumida por diferentes sujeitos. Mas de forma especial, os “docentes devem se assumir como protagonistas, com a consciência de que todos são sujeitos quando se diferenciam, trabalham juntos e desenvolvem uma identidade profissional” Imbernón (2011).

Somado as reflexões sobre a formação continuada, estão também a questão do avanço tecnológico, que consideravelmente vem transformando a atividade pedagógica e cobrando não só do professor, mas de todos os profissionais maior qualificação, além de ministrar com maestria suas atividades, é preciso estar atentos à transformação vivenciada pela sociedade atual. Assim, Silva Filho (2003, p. 88) diz que

Para se integrar no contexto da época atual e exercer eficazmente um papel na atividade econômica, o indivíduo tem que, no mínimo, saber ler, interpretar a realidade, expressar-se adequadamente, lidar com conceitos científicos e matemáticos abstratos, trabalhar em grupos na resolução de problemas relativamente complexos, entender e usufruir das potencialidades tecnológicas do mundo que nos cerca. E, principalmente, precisa aprender a aprender, condição indispensável para poder acompanhar as mudanças e avanços cada vez mais rápidos que caracterizam o ritmo da sociedade moderna...

Dessa forma, as transformações sociais, políticas mas principalmente a econômica norteiam os distintos setores e, são responsáveis também pela implementação de políticas públicas que subsidiam a formação continuada docente, de modo que estas atendam diferentes anseios e desafios propostos.

1.2 Formação continuada docente: desafios e conquistas

Embora tenha se ampliado, as discussões sobre a formação continuada no Brasil, esse processo ainda se configurou como uma prática efetiva em nossa sociedade. Os estudos de Gatti, (2008) intitulado análise das políticas públicas para a formação continuada de professores no Brasil, apontam para uma realidade permeada por intensos e profundos desafios. Um dos mais frequentes, é segundo a autora a compreensão do que venha a ser formação continuada. Esta em muitos casos é tomada como um treinamento, ou um curso de extensão. Assim, os estudos sobre essa temática vem assumindo outras proporções, uma forma de diminuir a má formação tida pelo professor. Gatti (2008, p. 58)

Formação continuada no setor educacional adquiriram, então, a feição de programas compensatórios e não propriamente de atualização e aprofundamento em avanços do conhecimento, sendo realizados com a

finalidade de suprir aspectos da má-formação anterior, alterando o propósito inicial dessa educação

Seria a nosso ver, esse um dos desafios da formação continuada. Ao invés de ser percebida pelos professores e pelas instituições de ensino superior, como um processo contínuo de qualificação para o trabalho e para o crescimento individual dos docentes. Porém, a maioria dos projetos de formação continuada desenvolvidos até a última década, buscaram em sua maioria, fortalecer o aprendizado debilitado recebido pelos professores, vez que em algumas regiões do país, um número considerável de docentes não passaram por um curso de graduação.

Outro desafio vivenciado pelos programas de formação continuada, diz respeito a mudança no formato dos cursos ofertados. O avanço na modalidade de Educação a Distância, tem sido intenso, o que ao mesmo tempo causa um avanço no número de programas de formação continuada propostos, também deixa fora um grande contingente de profissionais, pelo nível dos cursos ofertados. Principalmente, porque nas regiões mais distantes, como o Norte e o Nordeste, e mesmo algumas partes do Centro-Oeste, o uso de recursos tecnológicos (computador e internet) ainda são bem limitados.

Essa realidade dos programas de formação continuada ofertados em parceria com estados e municípios, ocorre de variadas formas, em alguns casos, os estudos são realizados presencialmente. Em outros a formação ocorre, por meio de cursos on-line e um encontro presencial. Nesse caso, os alunos tem um tutor eletrônico que sanam as dúvidas principais e os professores cursistas leem os textos, para aplicar determinada atividade. Isto é claro, ocorre como mecanismo para preparar os professores que não concluíram nem mesmo o Ensino médio, ou mesmo aqueles que não possuem curso de graduação e atuam em sala de aula. Nesse contexto, a formação continuada serve apenas como instrumento para sanar os problemas com os professores sem formação, não sendo praticada como uma necessidade dos docentes, mas sim das instituições a que estes estão vinculados.

Um exemplo claro destes programas de formação ofertados com anuência do MEC, foi o Programa de Formação de Professores em Exercício (Proformação) que até o ano de 2006, atendeu cinquenta mil docentes em nível de ensino Médio das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste; Isto de certo modo, mostra como a formação continuada ainda é uma prática pouco efetiva, se pensada como atividade contínua desenvolvida pelo professor. Por outro lado em virtude dos avanços científicos e tecnológicos, a qualificação docente têm-se tornado importante fonte de reflexões e

mesmo de interesse do governo e das instituições de ensino. Nessa perspectiva, Gatti (2008, p. 58) diz que

Nos últimos anos do século XX, tornou-se forte, nos mais variados setores profissionais e nos setores universitários, especialmente em países desenvolvidos, a questão da imperiosidade de formação continuada como um requisito para o trabalho.

Na vertente abordada por Gatti, os estudos de formação continuada, direcionam-se sobretudo, para o mercado de trabalho. Entretanto, a pesquisa realizada pela autora, é vinculada ao governo, o que propicia a nosso ver uma busca de justificar os investimentos em expansão dos programas de formação continuada e também o termo formação em serviço. Na perspectiva da autora, o governo tem buscado gradativamente implementar ações de formação continuada, especialmente no que se refere ao ensino superior, nas áreas científica e tecnológicas.

Um dos pressupostos adotados pelo governo para implementar a política de formação continuada, são as parcerias internacionais com o Banco Mundial BM e o com o Fundo Monetário Internacional FMI como destaca Gatti (2008, p.62)

Em todos esses documentos, menos ou mais claramente, está presente a idéia de preparar os professores para formar as novas gerações para a “nova” economia mundial e de que a escola e os professores não estão preparados para isso.

Os apontamentos da autora, retratam entre outras coisas, que o objetivo do governo com a formação continuada é preparar cada dia mais os cidadãos para o mercado em constante expansão, e para isto, são necessárias ações além da escola e dos programas ofertados, em parceria com estados, municípios e instituições privadas são o caminho mais ágil para desenvolver tal política de formação.

Resultados e Discussão

Diante das discussões e análises realizadas, foi possível perceber que surge a partir da década de 1990, maior abertura das políticas públicas voltadas a educação. Também ocorre um avanço significativo na oferta de cursos de formação continuada de professores, a partir da LDB, fruto das diretrizes das políticas públicas e dos debates de grupos de professores como a, ANFOPE e outros importantes grupos que lutam em defesa da melhoria da educação e da valorização dos professores e sua formação.

Na tabela a baixo, uma amostra da elevação dos cursos de formação continuada de professores de acordo com o Comitê de Aperfeiçoamento do Pessoal do Magistério Superior CAPES, salienta que principalmente a partir da década de 1990 há um avanço considerável na oferta de cursos de pós-graduação, *Lato e Stricto*

Sensu que são trabalhados como formação continuada, asseverando os debates dos cinco Planos Nacional de Pós-Graduação PNPG lançados pelo Parecer 977/65, base das políticas públicas da educação brasileira. Fator a nosso ver decisivo na efetivação dos programas de formação continuada.

Gráfico nº 1 Programas de Pós-graduação no Brasil até 2015

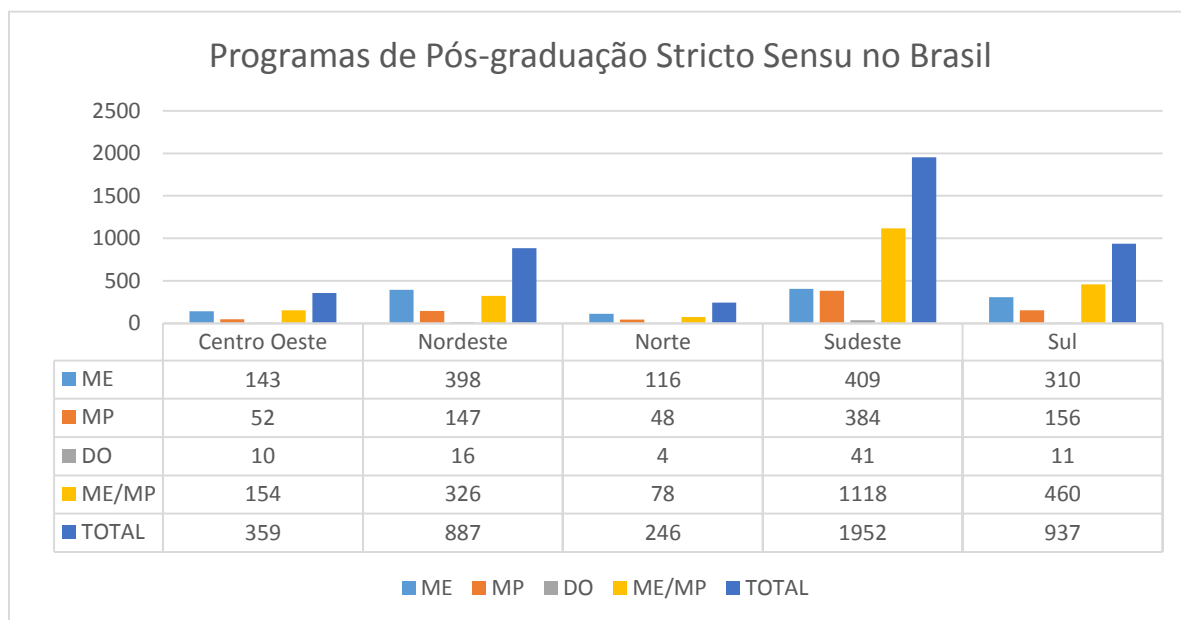
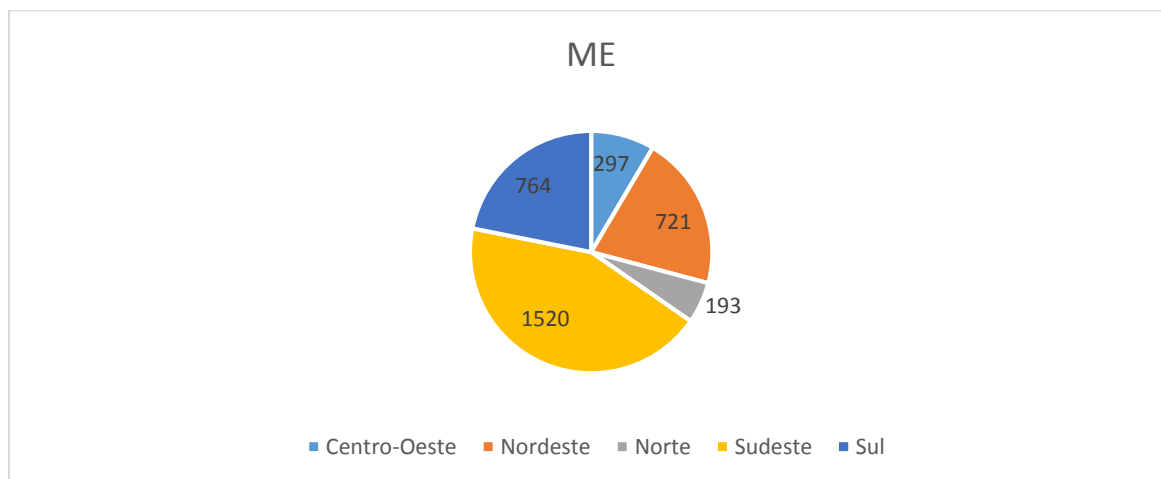


Gráfico nº 2

Cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu* no Brasil



De acordo com os dois gráficos, é possível perceber que há um significativo número de programas e cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* em todo o país. Embora em algumas regiões essa realidade ainda seja bem pequena, como é o caso das regiões Norte e Centro-Oeste. Isto se comparado a Europa e Estados Unidos, ainda é muito baixo, porém há que se considerar que no Brasil, a pós-graduação teve início bastante tardio e no que se refere ao *Stricto Sensu*, esse passou de fato a existir a partir da década de 1960.

Considerações Finais

O estudo apontou que embora, sociedade e educação tenha se transformado, o que se percebe, é que nem sempre tais variações são avaliadas, de forma a contribuir socialmente com o desenvolvimento humano em seus múltiplos aspectos. Pensa-se a educação de modo descontextualizado, tendo como pressuposto a transmissão de pensamento, como forma de aprendizado. Na atualidade, a mesma educação faz com que o educando, em diferentes níveis de escolaridade adquira conhecimentos múltiplos, sem pensar de fato na construção do sujeito, preparado cultural, social e intelectualmente, ou seja, um sujeito capaz de interagir e partilhar suas experiências e descoberta com a chamada sociedade do conhecimento.

A educação tem grosso modo, se beneficiado com estas inovações, vez que a partir da qualificação da mão de obra implementada pelo governo e suas políticas públicas, para atender a demanda do capital, há também investimentos na formação e qualificação docente.

Embora nem todas as ações políticas direcionem-se para a formação continuada, estas contribuem para o fortalecimento das propostas de formação, vez que apontam a necessidade da qualificação, como mecanismo de acesso ao mercado de trabalho cada vez mais exigente. Nesse contexto, uma formação contínua, faz parte da rotina de trabalho do professor e das instituições de ensino, cujo interesse é contribuir com a expansão econômica do país. A formação continuada diante disso possibilita ao professor um contato direto com as transformações da sociedade e por sua vez com um aprendizado contextual. E está sendo alcançada a partir de muitos debates e reflexões que possibilitam ao docente perceber suas necessidades e a demanda de transformação da sociedade. Diante disso, a importância da formação continuada como asseveram Rodrigues e Esteves (1993, p. 41)

A formação não se esgota na formação inicial, devendo prosseguir ao longo da carreira, de forma coerente e integrada, respondendo às necessidades da formação sentidas pelo próprio e às do sistema educativo, resultante das mudanças sociais e/ou do próprio sistema de ensino.

Ante as discussões tecidas é importante destacar que as políticas públicas das últimas décadas, tem contribuído não só com a qualificação da mão de obra para o mercado, como também tem possibilitado maior reflexão sobre a necessidades das instituições de ensino e dos próprios professores. Diante disso, a formação continuada

torna-se cada vez mais necessária, pois além de preparar cotidianamente o docente, oportuniza um conhecimento de si e da demanda de conhecimento que a sociedade atual exige. Talvez por isso, compreender a relevância da formação continuada venha se tornando cada vez mais necessária para o professor e por alguns órgãos que discutem a educação em nosso país.

Agradecimentos

A organização do evento, aos coordenadores e professores, da Universidade Estadual de Goiás e a minha orientadora, professora Dra. Yara Fonseca de Oliveira e Silva, que muito contribuiu com a realização deste trabalho.

Referências

- FRIGOTTO, G. **A formação e profissionalização do educador**: novos desafios. In: GENTILLI, P. e SILVA, T.T. da, (Orgs). Escola S.A. Brasília, CNTE, 1996.
- GATTI, B. A. **Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década** Fundação Carlos Chagas Revista Brasileira de Educação v. 13 n. 37 jan./abr. 2008.
- IMBERNÓN, Francisco. Formação continuada de professores- Porto Alegre: Artmed: 2010.
- NÓVOA, A. Concepções e práticas de formação contínua de professores. In: TAVARES, J. (Org). Formação Continua de Professores: realidades e perspectivas. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1991.
- SANTOS, M. S & MESQUIDA, P. **As matilhas de Hobbes**: O modelo da pedagogia por competência. São Paulo: Edumesp, 2007.